

RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO DO PROJETO LINGÜÍSTICO
WAIMIRI-ATROARI: ETAPA II, 1983

Autorização da FUNAI para Pesquisa Científica em Área Indígena nº II/83 - PRLS

Processo do CNPq nº 40.II07/82

Autorização para Expedição Científica CNPq nº EX-OI/82-AD/OI

A segunda etapa de pesquisa de campo visava à continuação da aprendizagem da língua Waimiri-Atroari e uma elaboração e aprofundamento de informações referentes a parentesco e organização social, adaptação ecológica, mitologia, cosmologia e relações interétnicas.

Em consequência dum período prolongado de doença contratada enquanto o pesquisador estava em Brasília para renovar seu visto temporário de estudante e autorizações, sua volta à área indígena teve que ser adiada até fevereiro deste ano, e considerando que tinha que voltar a Brasília no final de agosto para entregar novamente o pedido para a renovação do visto, somente foi possível realizar seis meses de pesquisa de campo na segunda etapa (e não doze meses como proposto).

O pesquisador passou sete semanas na região do Rio Camanaú, visitando, acompanhado por indígenas,

a única aldeia afastada dos postos que ainda está habitada no Alto Camanauí, além de passar cinco semanas nos aldeamentos que se encontram junto aos postos "Frentes Avançadas Maré e Curivaá".

Após uma visita a Manaus para compra de material, o pesquisador prosseguiu pela estrada BR I74 ao Posto Indígena de Terraplenagem, onde passou um mês. Do aldeamento de Xerí, perto do Posto de Jundiá na beira da estrada BR I74, o pesquisador deslocou-se, seguindo um caminho, acompanhado por três indígenas, à região ao leste desta estrada, visitando várias aldeias atualmente desabitadas, duas das quais foram abandonadas poucas semanas antes da visita. Estas duas aldeias têm roças recém plantadas e uma casa comunal em construção. Do alto rio Alalaú, retornou à estrada BR I74, descendo o rio de canoa até a ponte.

Após um período de duas semanas no aldeamento de Xerí, o pesquisador fez uma visita a Manaus para compra de material e retornou ao Posto de Terraplenagem, visitando também aldeias abandonadas ao leste da estrada BR I74.

Acompanhado por quatro indígenas Wairiri-Atroari, um dos quais tinha residido na aldeia Waiwai durante os dois anos anteriores, que tinham exposto à FUNAI seu desejo de visitar os Waiwai, o pesquisador

visitou a aldeia Waiwai de Kashinin no rio Novo, Alto Anauá. Os indígenas mencionados trouxeram de volta a Terraplenagem o último indígena Waimiri-Atroari que estava residindo com os Waiwai, após quatro dias de visita.

O pesquisador prosseguiu ao Posto e aldeamento de Alalau Primeiro, encontrando a maior parte dos indígenas residentes neste posto num porto indígena localizado perto duma aldeia isolada, esperando o motor de popa da FUNAI, onde o substituto chefe do dito Posto os tinha deixado um mês anterior por motivo de falta de alimentos e roça ainda verde no aldeamento perto do Posto. Após descer com os indígenas ao Posto de Alalau Primeiro, o pesquisador passou duas semanas e meia naquele Posto, posteriormente fazendo visitas de três dias respectivamente aos aldeamentos de Taquari (na beira da estrada BR 174 atrás do Posto "Frente Avançada Taquari"), e na "Frente Avançada Tabupunã" rio acima do Posto Abonari.

Por motivo do prazo do seu visto temporário estar vencendo e o novo decreto que exige a entrega do pedido de renovação até trinta dias antes da data de vencimento do visto, o pesquisador foi obrigado a voltar a Brasília, sem poder desenvolver a pesquisa de campo até o ponto planejado nesta etapa.

Após o retorno para a área indígena em fevereiro,

a pesquisa foi interrompida por duas visitas a Manaus por motivo de compra de material de pesquisa, presentes para os indígenas, e revelação de fotografias.

Nesta segunda etapa, o pesquisador começou a recolher dados etnológicos, aprofundando mais seu conhecimento da língua indígena. O pesquisador trabalhou com o vocabulário recolhido durante a primeira etapa, e atualmente está na fase de construir frases e começar a usar a língua em diálogo. A coleta de dados nos diversos postos mostrou-se uma estratégia indispensável, considerando que os Waimiri-Atroari são um povo dividido em grupos locais, os aldeamentos criados perto dos Postos sendo constituídos dos restos de populações de pessoas que são frequentemente de diversos grupos locais (não havendo grupos sociais permanentes), posteriormente divididos pela FUNAI em transferências dirigidas pela coordenação da FUNAI na área após a atração dos indígenas para os Postos. A distinção Waimiri-Atroari, uma distinção feita pela sociedade regional, já tem sido assumida por muitos dos indígenas, sobretudo por capatazes ("líderes", "chefes", "caciques") nomeados por funcionários como intermediários interculturais recrutados da sociedade Waimiri-Atroari, que em alguns casos assumiram a distinção por seus próprios motivos políticos.

A população atual dos Waimiri-Atroari é por volta de 325 pessoas, tendo sido dizimada em consequência do contato com a população regional há séculos. Com a construção da estrada BR 174 e o estabelecimento de diversos Postos Indígenas dentro da área que constitui o último refúgio para este grupo, a população sofreu uma diminuição drástica, principalmente em consequência de epidemias de doenças.

A terminologia de parentesco dos Waimiri-Atroari tem muito em comum com outros grupos do tronco linguístico Carib do maciço guianense. Na segunda geração ascendente e descendente as terminologias apresentam-se análogas, o mesmo termo sendo aplicado ao pai do pai e pai da mãe, mãe do pai e mãe da mãe; filho(a) do filho e da filha. Na primeira geração ascendente podem ser classificados como do tipo fusão bifurcada. Na geração própria também, podem ser considerada como do tipo fusão bifurcada (Iroquês).

As formas de casamento preferenciais são entre primos(as) cruzados(as), o casamento entre tios e sobrinhas também sendo bastante comum. Em consequência da dizimação da população e falta de cônjuges nas categorias preferenciais, há vários casos de casamentos entre primos(as) paralelos(as), mesmo que esta forma de casamento é considerada pelos indígenas indesejável, e há pelo menos um caso de casamento entre tia e sobrinho. Há uma ausência de grupos

corporados ou clãs.

Para desenvolver e aprofundar sua pesquisa e obter informações para redigir sua tese de doutorado na Universidade de Brasília, o pesquisador precisa dum prazo mínimo de seis a oito meses mais de pesquisa de campo; o aprofundamento da aprendizagem da língua (nunca estudada anteriormente) sendo o motivo principal para necessitar mais um prazo, para esclarecer muitos assuntos que são parcialmente compreendidos, conferir dados já recolhidos e assim alcançar alguns dos objetivos principais da pesquisa.

Stephen G. Baines

Stephen Grant Baines

Brasília, 09 de setembro de 1983

Departamento de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Humanas

Universidade de Brasília

70.910 Brasília D.F.

ADENDO AO RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO DO
PROJETO ETNOGRÁFICO WAIMIRI-ATROARI ETAPA II

Considerando que nos limites orientais da atual área indígena dos Waimiri-Atroari há minerações (Taboca Mineração e outras minerações na bacia do rio Pitinga ao norte da área ocupada pela Mineração Taboca) que além de ter várias minas em operação, estão pesquisando as áreas adjacentes e com interesse em pesquisar áreas dentro dos limites da área indígena (indígenas morando numa aldeia a beira do Alto rio Alalau informaram em maio deste ano que ouviam motores trabalhando de noite no rumo do leste), e conforme o Decreto nº 86.630/81 de 23/II/81 que declara que após concluir o trabalho de atração e pacificação a área será demarcada; já que este trabalho de "atração e pacificação" foi concluído, a maioria dos indígenas Waimiri-Atroari atualmente residindo em aldeamentos junto aos Postos da FUNAI, e os poucos que estão em aldeias afastadas em contato freqüente com estes Postos, na opinião do pesquisador a FUNAI deve tomar providências urgentes para verificar a presença ou não de indígenas arredios na área retirada da antiga Reserva Indígena Waimiri-Atroari pelo Decreto nº 86.630/81, e a rápida demarcação de uma Reserva Indígena Waimiri-Atroari de tamanho adequado para a sobrevivência do referido grupo para "garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes," (Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, Título I, Art. 2º IX), a

Reserva Indígena não sendo menor que a área decretada pelo Decreto 86.630/81. Deve-se levar em conta também que uma área grande no sudeste da área atual vai ser alagada no futuro próximo com o fechamento da Barragem de Balbina.

O pesquisador, também, chama atenção para o fato de que a população total dos Waimiri-Atroari é de 332 pessoas aproximadamente (menos de 350 pessoas) e que a população masculina adulta (maior de 15 anos de idade) é de aproximadamente 88 indivíduos. Com 59 funcionários masculinos na área há uma média de 1 funcionário para 1,49 homens Waimiri-Atroari, e em consequência deste contato constante com alta densidade de funcionários, em alguns Postos os Waimiri-Atroari após somente três anos de residência contínua nos Postos, estão cumprindo horário de serviço da FUNAI junto com funcionários ou dirigidos por eles, tendo sido submetidos abruptamente a um estilo de vida completamente alheio a sua vida tradicional. O pesquisador sugere que a FUNAI considere a redução do número de funcionários em contato constante com os Waimiri-Atroari para que sejam "respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas..." (Estatuto do Índio, Título II, Capítulo I Art. 6º), "...com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional" (Estatuto do Índio, Título I, Art. 1º).

Stephen G. Baines

Stephen Grant Baines

Brasília, 22 de setembro de 1983